

Tarefas do Congresso

CORREIO BRAZILIENSE 12

JAN 1993

Estão, desde ontem, instalados os trabalhos da convocação extraordinária do Congresso Nacional constando da ordem do dia das duas casas legislativas uma pauta de projetos que deverá ser esgotada até o próximo dia 10 de fevereiro. Não se pode subestimar a concentração de esforços a ser desenvolvida para levar a bom termo a discussão de proposições, todas elas em caráter de urgência e que devem ser objeto de exames aprofundados para que o Legislativo enriqueça, mediante as normas regimentais de emenda, os projetos de lei que constam da referida convocação. Regimentalmente apenas proposições que constam da pauta da convocação poderão ser objeto de exame.

Integram a listagem de projetos a reforma fiscal, um dos itens mais polêmicos a serem discutidos, com o Governo jogando todas as suas esperanças de governabilidade na reformulação da cobrança e da estrutura operacional da receita federal. Duas iniciativas são inéditas nesse projeto. O imposto provisório sobre movimentação financeira e a contribuição sobre o valor agregado. As opiniões estão divididas quanto à aceitação em globo das pretensões oficiais devendo ser estabelecidas emendas alternativas para contornar o impacto nos meios financeiros a ser causado pelo IPMF e pelo CVA respectivamente. Em nível de apreciação o processo legislativo da reforma fiscal já se encontra devidamente examinado e com o parecer do deputado Benito Gama, formalizando um substitutivo ao projeto original remetido pelo Poder Executivo. Indo a plenário, será discutido e emendado, retornando ao exame da Comissão Especial que sobre o mesmo fará uma avaliação final.

A modernização dos portos nacionais é uma proposta governamental que altera profundamente a mecânica operacional e gerencial das docas brasileiras, com uma ampla implementação desregulamentadora tendo como objetivo dar

maior dinâmica aos serviços portuários, retirando desse setor meios e fins obsoletos em sua existência e que em nada contribuem para dar mais eficiência e baixos custos aos usuários tradicionais das estações de embarque e desembarque de mercadorias procedentes ou destinadas ao exterior ou a portos nacionais.

As alterações levadas a efeito pelo Senado Federal na regulamentação das licitações públicas e contratos na mesma área não foram acolhidas favoravelmente pelas lideranças empresariais. A excessiva interveniência do Tribunal de Contas da União, que as emendas do Senado admitiram, retirariam a espontaneidade e o curso normal das concorrências e dos respectivos contratos. Também polêmico, o projeto deve ser revisto pela Câmara, principalmente nas suas partes acessórias.

A Reforma Agrária é outro projeto de encaminhamento problemático no Legislativo. A bancada ruralista, com uma composição extremamente ágil, pretende retirar da proposição as cláusulas mais controvertidas introduzidas pelo Senado e que agora a Câmara reexaminará, certamente para restabelecer o texto final votado anteriormente.

As tarifas do setor elétrico desregulamentam o caráter unitário das cobranças desse serviço do regime de remuneração garantida e renovam as formas de relacionamento das concessionárias estaduais com as fontes geradoras de caráter nacional.

O Conselho Nacional de Informática terá sua estrutura e composição alteradas bem como a composição da Comissão de Desestatização do CNI.

Finalmente consta da pauta a rolagem das dívidas dos estados e dos municípios com a União, cujos termos já foram negociados pelas bancadas. A votação do Orçamento Geral da União encerrará os trabalhos da pauta extraordinária de convocação, que agora tem a palavra para essa relevante tarefa.